

O vírus mais contagiante



Por **MARIA RITA KEHL***

Reflexões sobre a banalização da maldade durante o governo de Jair. M. Bolsonaro.

Seria bom escrever que o vírus mais contagiante é o da esperança. Ou o da solidariedade universal. Talvez até seja verdade – haja vista a melhora no ânimo das esquerdas desde o momento em que Lula despontou como candidato apto a derrotar Bolsonaro em todas as pesquisas.

Só que não. Mais contagiante que a esperança, que a alegria, que o desejo ou o amor, é o vírus da violência – com sua gama de cepas variantes a provocar vários tipos de sofrimento físico e mental: medo, angústia, desespero, traumas. E mortes, mortes, mortes. A intensidade dos sintomas depende do CEP do infectado: favelas, periferias e prisões revelam altos índices de contaminação, somados a baixos índices de imunidade. A polícia brasileira, militarizada desde o período da Ditadura de 1964-85 e nunca mais desmilitarizada, age como se estivesse em uma guerra.^[1] Fique tranquilo, leitor de classe média, o inimigo não é você. Nem eu. É a população pobre.

Desde que senti urgência em escrever sobre o aumento exponencial da brutalidade num Brasil que nunca foi exemplo de respeito aos Direitos Humanos, venho procrastinando. O tema, angustiante para todos nós, vinha bloqueando meu texto. Pensei pela primeira vez nesse artigo dia 8 de março, quando li a notícia do assassinato do menino Henry Borel. O menino de oito anos sofria frequentes surras do padrasto, o vereador carioca Doutor Jairinho. A mãe não reagia porque também era espancada pelo companheiro – mas tampouco tentou fugir de casa com o filho. A funcionária da casa relatou à polícia que, no dia do crime, tinha visto Henry “apavorado”. Se a mãe não fez nada imaginem o medo, mas também a coragem da babá que delatou – ainda que não tenha conseguido impedir – o assassinato da criança.

A perspectiva de escrever sobre o martírio da criança me paralisou durante dois meses.

Pouco mais de um mês após o assassinato de Henry, no dia 16 de abril, Kaio Guilherme da Silva Baraúna, também de oito anos, foi atingido na cabeça por “bala perdida”, durante uma festa em Vila Aliança. Kaio morreu no dia seguinte.

Nenhuma bala é perdida. Em primeiro lugar, elas não se “perdem” nos Jardins (SP). Nem em Ipanema. Costumam se desencaminhar do suposto alvo “correto” quando são disparadas pelos cantos mais vulneráveis e abandonados das grandes cidades. Além da bala, quem costuma “se perder” frequentemente das vistas da justiça e das testemunhas é o responsável pelo tiro. Sobretudo quando veste a farda que o designa como responsável por preservar a segurança da população.

O adolescente João Pedro, de 14 anos, também foi morto a tiros pela polícia do Rio durante uma festa em sua escola. Me parece que ninguém mais pergunta se a PM tinha mandado para entrar atirando na Vila Aliança. Provavelmente não – e daí? Mandado é burocracia requerida apenas para agir nos bairros da Zona Sul.

Oito dias depois do assassinato de Kaio, no dia 24 de abril, mãe e madrasta de Ketelen Vitória espancaram e torturaram com chicote e pedaços de fio elétrico a criança de seis anos. Ketelen agonizou, sem socorro, até o amanhecer. Seu corpo foi jogado num matagal, de uma altura de sete metros.

Aos quatro anos de idade, a menina Maria Clara foi assassinada pela mãe e pelo padrasto que mentiram, no hospital, que a

causa da morte teria sido um engasgo com miolo de pão. Maria Clara teve traumatismo craniano e apresentava hematomas pelo corpo todo. Parece que o padrasto não participou do crime – mas preferiu não interferir.

No dia 4 de maio um rapaz de dezoito anos, Fabiano Kepper Mai, invadiu portando um facão uma escola infantil em Santa Catarina e matou uma professora, um agente educacional e três crianças com menos de dois anos. É possível que Fabiano seja doente mental: mas o eventual laudo de esquizofrenia, ou de paranoia, não basta para entendermos por que seu sofrimento psíquico produziu justamente este sintoma: assassinar gente.

Um psicótico é, com frequência, extremamente sensível ao ambiente social em que vive. Bem, isso pode se aplicar a qualquer um de nós. A questão é que o psicótico interpreta à sua maneira os mandados que circulam na sociedade: estes que nos afetam, nos angustiam e amedrontam, mas que também nos enchem de raiva e indignação. Nem todos os psicóticos – é vital que se diga – respondem com fúria quando são afetados por incitações à violência. Alguns reagem a isso com atos de extrema gentileza. Outros se investem da convicção de que sua missão na terra seja a agir como anjos da paz: espalhar o bem, proteger os indefesos, salvar crianças maltratadas. Há também os que vivem assustados e sofrem com fantasias paranoicas. “Paranoico é quem se sabe perseguido”, diz o verso de Aldir Blanc em parceria musical com João Bosco. São minoria os que reagem ao ambiente violento com mais violência.

Então tivemos Jacarezinho. A orgia da Polícia Civil. A operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro.^[2] O Rio, onde muitas comunidades começaram e cresceram em morros situados na chamada “Zona Sul”, tem um longo histórico de violência policial contra os pobres. Jacarezinho é na Zona Norte: o pretexto da invasão não foi o de proteger a burguesia carioca da suposta bandidagem. A polícia chegou atirando, tanto faz em quem. Preto pobre é tudo igual. Matou vinte e sete moradores (um agente policial foi morto).

Os depoimentos dos sobreviventes, parentes e amigos das vítimas, estão nos jornais. A cor da pele é a mesma dos moços torturados e executados pela PM de Salvador, acusados de roubar carne em um supermercado. Acusados de passar fome. Acusados de passar fome desesperada. Acusados de desamparo. Acusados de ser vítimas de descaso do Estado. Acusados de serem, no dizer do compositor Itamar Assumpção, “iscas de polícia”.

Nada disso é novo no Brasil. A novidade, desde a redemocratização, é que as execuções policiais nesse momento de nossa história têm o DNA do presidente. O mesmo que homenageou, em uma sessão da Comissão da Verdade na câmara dos Deputados, o pior torturador da Ditadura Militar: Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O mesmo que, em campanha, imitava armas com o polegar e o indicador, como uma criança que brinca de *cowboy*; e para mostrar que não estava brincando, depois de eleito costuma posar para fotos ostentando fuzis. O mesmo que ameaça de estupro uma deputada da oposição para depois afirmar que só não fará isso porque ela é “feia”.

O mesmo que celebra a devastação da Amazônia e do Pantanal incentivada por seu desprezo pelas populações originárias, pelas reservas ambientais, pelas águas dos rios que haverão de secar, pelas mudanças climáticas (coisa de “comunista”), e pelo país que supostamente governa. O mesmo que rompe, sem sofrer as consequências diante de uma Câmara dos Deputados venal, todos os limites do decoro imposto por sua posição ao mandar a oposição “tomar no cu” no caso do escândalo das latas de leite condensado. Pelo visto até aqui, com raras exceções, a oposição obedeceu. Não se falou mais no assunto.

Banalização da maldade

Só que muito antes da eleição de 2018 o Brasil já era violento: contra os negros, contra os índios, contra os pobres. O que mudou nos últimos três anos é que todas as manifestações de maldade se banalizaram. Uso propositalmente o conceito de “banalidade”, mas atribuo a ele um sentido um pouco diferente daquele criado pela filósofa Hannah Arendt, diante do julgamento do carrasco Eichmann em Jerusalém. Arendt empregou a expressão “banalidade do mal” para se referir à ausência de implicação subjetiva daquele que mandou milhares de pessoas morrer nas câmaras de gás sob a alegação de ter cumprido ordens.

No caso brasileiro, o mandatário responsável pela explosão de violência que o país atravessa não “cumpre ordens” de ninguém, assim como não respeita ninguém além dos filhos e de um grupo cada vez menor de bajuladores. O mal se banaliza na fala de Bolsonaro a cada vez que ele diz – “e daí?” para os efeitos da violência que ele próprio promove. A cada

a terra é redonda

vez que diz “não sou coveiro!” em vez de lamentar a mortandade que, por culpa de seu desleixo em relação as vacinas, hoje coloca o Brasil no topo dos países mais afetados pela Covid 19.

São frágeis os recursos subjetivos que nos separam dos piores psicopatas. O inconsciente, essa espécie de depositário de nossas memórias esquecidas, de nossas fantasias infantis, de nossos desejos inconfessáveis, é a mesma instância psíquica que abriga vestígios da violência que o laço social nos força, desde a infância, a conter. Quem já presenciou uma birra infantil incontida foi capaz de perceber quanta fúria existe na criança que esperneia, que se joga no chão, que as vezes diz “eu te odeio!” ao adulto que frustrou um desejo seu. A sorte dos pais e educadores é que a criança não tem força de fazer contra nós o que sua raiva e sua frustração incitam. Crescer é, por um lado, conquistar permissão e capacidade para fazer o que até então os pais consideravam arriscado ou além de suas capacidades. Por outro lado, desenvolver recursos para barrar as manifestações de seu ódio e substituir a birra pela argumentação.

O atual presidente, quando contrariado, reage como uma criança. Seria uma gracinha – se não se tratasse de um marmanjo com passagem pelo Exército (de onde foi expulso por insubordinação) e pela Câmara dos Deputados até chegar, *with a little help from some fake news* jamais apuradas, ao posto de líder da nação. Sua maldade, explicitada em palavras e incontáveis ações, tem arruinado não apenas a economia e os rumos da democracia: tem contribuído para a deterioração desse mínimo de civilidade que a sociedade brasileira luta todos os dias para defender.

Não se quebram certos tabus impunemente. A incitação à violência por parte do principal mandatário da nação tem força para inutilizar nosso esforço cotidiano em direção à consolidação de um laço social baseado no respeito, na compreensão das diferenças e na solidariedade. A sociedade, perplexa e ferida – sim, a propagação da maldade nos fere quase tanto quanto a violência sofrida na própria pele – ainda não sabe reagir a isso.

Desencantados, atemorizados, os brasileiros têm se tornado cada vez mais propensos a crises de violência. Às vezes, uma explosão de fúria pode ser apenas a expressão mais extrema da angústia. Mas quando essa fúria se manifesta em atos de pessoas armadas que buscam um bode expiatório para algo que as frustra ou oprime, a criminalidade explode, como tem explodido nos últimos dois anos e meio.

Isso não explica por que, em tantos casos, sejam as crianças – inclusive os próprios filhos de alguns assassinos de ocasião – as vítimas da violência doméstica. O que essas pequenas vítimas representam – isto é, representavam – a ponto de se tornarem intoleráveis para seus pais, mães, padrastos e madrastas?

Representavam a ternura, a candura, a inocência. Mesmo chatinhas, como muitas vezes as crianças são, mesmo teimosas ou birrentas, as crianças ainda manifestam uma capacidade de amar e perdoar seus pais – seus piores pais – com uma grandeza que poucos preservam na vida adulta. As crianças perturbam nossos esforços para nos adaptar sem muita dor ao novo estado deteriorado em que vivemos. Não se trata, nos casos de violência contra elas, de tentativas de matar o mensageiro que nos traz más notícias. As crianças só nos trazem boas notícias. Trata-se, sim, do desejo de eliminar estes pequenos seres que nos fazem lembrar que já fomos melhores. Esses pequenos seres que continuam nos amando ainda, apesar de nossa deterioração.

Devo dizer aqui: este foi o artigo mais penoso que já me escrevi. Peço perdão aos leitores se algumas passagens lhes parecerem bruscas, incompletas ou atropeladas.

Maria Rita Kehl é psicanalista, jornalista e escritora. Autora, entre outros livros, de *Ressentimento (Boitempo)*.

Notas

[1] A desmilitarização das polícias foi uma das recomendações feitas no relatório final da Comissão da Verdade (2012-2014), criada por empenho da presidenta Dilma Rousseff para investigar os crimes cometidos por agentes do Estado contra cidadãos brasileiros.

[2] Esta observação limita-se ao Rio: em São Paulo, sempre à frente do país inteiro, tivemos os cento e onze do Carandiru.